



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



PLANO DE GERENCIAMENTO DO PROJETOS (PGP)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do projeto: Implantação do Processo de Gestão de Riscos nas Unidades Judiciárias do TRT-2

Nº do projeto: CPGP 02/2021

Patrocinador(a): Vice-Presidência Administrativa

Gerente do projeto: Márcio Vinícius Gimenes Milan

2. CONTROLE DE VERSÕES

Versão	Autor	Data	Justificativa
1.	Coordenadoria de Governança e Projetos	19/10/2021	

3. PREMISSAS

- A Política de Gestão de Riscos e *Compliance* do TRT2 e o Plano de Gestão de Riscos do TRT2 nortearão os trabalhos desenvolvidos.
- Conformidade com a Política de Gestão de Riscos e *Compliance* do TRT2 e o Plano de Gestão de Riscos do TRT2
- Apoio da Alta Administração para envolvimento das equipes com a dedicação requerida.

4. RESTRIÇÕES

- de Custo: Tendo em vista as restrições orçamentárias do TRT2, na medida do possível, para as entregas do projeto devem ser buscadas soluções que não envolvam custos financeiros ao TRT2.
- Não dispomos, no momento, de ferramenta tecnológica adequada para a implementação da gestão de riscos na área judiciária.
- de Prazo: Para que o projeto alcance os seus objetivos, é necessário que a implementação da gestão de riscos na área judiciária seja iniciada e tenha sua conclusão prevista dentro do ciclo estratégico.

5. GERENCIAMENTO DO ESCOPO

5.1. DETALHAMENTO DO ESCOPO

O escopo do projeto abrange os seguintes pontos:

- Definição do fluxo de gestão de riscos para a área judiciária (1ª e 2ª instâncias)
- Definição da abordagem para obtenção de informações
- Definição/elaboração/validação dos materiais de apoio necessários (inclusive os modelos de riscos e tratamentos)
- Definição/elaboração/validação das ferramentas tecnológicas necessárias
- Definição de cronograma de implementação da gestão de riscos na área judiciária.

Obs.: As entregas abrangem as 4 etapas da gestão de riscos (riscos negativos, de conformidade, de integridade e positivos).

Não Escopo: Não faz parte do projeto a definição dos critérios gerais de gestão de riscos. Serão utilizados os critérios estabelecidos no Plano de Gestão de Riscos do TRT2.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

5.2. ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (EAP)

Item	Estrutura Analítica do Projeto (EAP)	Duração	Início	Fim	Responsável
1	Alinhamento de conceitos	2 meses	10/21	11/21	Seção de Riscos e Compliance /Gerente de Projetos
2.	Estabelecimento de contexto	9 meses	11/21	07/22	Equipe de projetos
2.1	Avaliação da SWOT PEI /adaptação para área judiciária	1 mês	11/21	11/21	Seção de Riscos e Compliance
2.2	Definição da abordagem, nível de abrangência e escopo: Identificação, tratamento, monitoramento, comunicação.	7 meses	11/21	05/22	Equipe do Projeto
2.2.1	<i>Benchmarking</i>	3 meses	11/21	01/22	Seção de Riscos e Compliance
2.2.2	Construção de opções de abordagem e debate com a equipe do projeto (judiciário)	6 meses	12/21	05/22	Seção de Riscos e Compliance / Gerente de Projetos
2.2.2.1	Elaboração das propostas para debate	4 meses	12/21	03/22	Seção de Riscos e Compliance / Gerente de Projetos
2.2.2.2	Debate e ajustes das propostas	3 meses	03/22	05/22	Equipe do Projeto
2.3	Definição do fluxo de gestão de riscos para a área judiciária (1ª e 2ª instâncias).	2 meses	06/22	07/22	Seção de Riscos e Compliance / Equipe do Projeto
2.3.1	Desenho do fluxo para debate e validação com a equipe judiciária do projeto.	2 meses	06/22	07/22	Seção de Riscos e Compliance / Equipe do Projeto
2.4	Definição/elaboração/validação das ferramentas tecnológicas, caso necessárias.	3 meses	03/22	05/22	Equipe do projeto
3	Desenvolvimento de documentos e modelos	4 meses	08/22	11/22	Seção de Riscos e Compliance
3.1	Documentos e modelos para identificação, análise e avaliação dos riscos	4 meses	08/22	11/22	Seção de Riscos e Compliance
3.2	Documentos e modelos para tratamento	4 meses	08/22	11/22	Seção de Riscos e Compliance
3.3	Documentos e modelos do monitoramento	4 meses	08/22	11/22	Seção de Riscos e Compliance
4	Piloto da aplicação da abordagem	8 meses	11/22	06/23	Equipe de Projetos
4.1	Planejamento do Piloto	2 meses	11/22	12/22	Seção de Riscos e Compliance /



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

					Gerente de Projetos
4.2	Aplicação	5 meses	01/23	05/23	<i>Seção de Riscos e Compliance / Gerente de Projetos</i>
4.3	Análise dos resultados e debate	6 meses	01/23	06/23	<i>Seção de Riscos e Compliance</i>
4.3.1	Análise	5 meses	01/23	05/23	<i>Seção de Riscos e Compliance</i>
4.3.2	Debate	2 meses	05/23	06/23	Equipe do Projeto
4.4	Ajustes da abordagem e/ou documentos e modelos	2 meses	06/23	06/23	<i>Seção de Riscos e Compliance</i>
5	Elaboração/validação dos materiais de apoio necessários.	2 meses	06/23	07/23	<i>Seção de Riscos e Compliance / Gerente de Projetos</i>
6	Definição de cronograma de implementação da gestão de riscos na área judiciária.	2 meses	06/23	07/23	Equipe de Projetos

5.3. DICIONÁRIO DA EAP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Item	Descrição	Critérios de aceitação
1. Alinhamento de conceitos	Exposição sobre o Processo de Gestão de Riscos Institucionais (objetivos, fases, principais conceitos), a implementação na área administrativa, os desafios e objetivos da implementação na área-fim. Exposição teórica e envio dos materiais de estudo: Política, Plano, Manual e Vídeo. Atividade a ser realizada pela equipe de Riscos e <i>Compliance</i> , sendo a equipe do projeto o público-alvo da exposição.	100% da equipe do projeto com entendimento suficiente de 100% dos conceitos principais de GR (objetivos, risco, causas de riscos, consequências de risco, probabilidade, impacto, matriz de resposta ao risco, controles preventivos e corretivos, tratamentos, conformidade, integridade, riscos positivos). 100% da equipe do projeto com a presença na reunião de exposição do alinhamento de conceitos. Caso tenha alguma ausência a equipe de Riscos e <i>Compliance</i> buscará nova agenda com os faltantes.
2. Estabelecimento de contexto	Definição do contexto de gestão de riscos da área judiciária. O contexto inclui a abordagem, nível de abrangência e escopo. Para isso serão utilizadas ferramentas como análise SWOT e <i>Benchmarking</i> .	Aceitação dos elementos de contexto (“abordagem, nível de abrangência e escopo”) de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
2.1 Avaliação da SWOT PEI / adaptação para área judiciária	Elaborar FOFA/SWOT específica para a área judiciária, utilizando como base a Matriz FOFA/SWOT institucional que consta no PEI 2021-2026. A entrega será um documento com a SWOT para análise da equipe do projeto.	Validação da Matriz SWOT da área judiciária pela equipe do projeto.
2.2 Definição da abordagem, nível de abrangência e escopo	Com o auxílio do <i>benchmarking</i> serão propostas algumas opções de abordagens para cada uma das fases e etapas do processo de gestão de riscos. Essas propostas serão discutidas, inclusive em termos de operacionalização, com a equipe do projeto antes das decisões. Contemplar na abordagem todas as fases do processo de gestão de riscos: Identificação, tratamento, monitoramento, comunicação.	Aceitação da “abordagem, nível de abrangência e escopo” de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
2.2.1 <i>Benchmarking</i>	Pesquisar sobre formas de aplicação, abordagens e resultados esperados/obtidos na Gestão de Riscos da área fim. Sugestão de órgãos: CSJT, TST, TCU, CGU e outros Tribunais.	Validação dos resultados do benchmarking pela Equipe de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente de Projeto.
2.2.2 Construção de opções de abordagem e debate com a equipe do projeto (judiciário):	Abordagem para identificação dos riscos, tratamento, monitoramento e comunicação. Proposição de propostas de abordagem e obtenção de informações para ser debatidas junto a equipe área judiciária do projeto.	Validação das propostas pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto e efetiva participação da equipe no debate das propostas.
2.2.2.1 Elaboração das propostas	Elaboração de propostas de “abordagem,	Apresentação das propostas validadas pelo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

para debate	nível de abrangência e escopo” com avaliação de prós e contras de cada uma. As propostas devem esclarecer a operacionalização e opções de ferramentas tecnológicas que as viabilizem.	Gerente de Projeto à Equipe do Projeto para debate.
2.2.2.2 Debate e ajustes das propostas	Envio das propostas de “abordagem, nível de abrangência e escopo etc.” para a equipe do projeto. Cada participante poderá enviar seus comentários. Serão realizadas reuniões para discussões e ajustes. Esta ação pode ou não ocorrer simultaneamente com o item 2.4.	Ter uma proposta aprovada pela equipe do projeto de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
2.3 Definição do fluxo de gestão de riscos para a área judiciária (1ª e 2ª instâncias).	Definição do Fluxo do processo de cada etapa da GR na área judiciária e cada instância. As propostas de fluxos serão enviadas para a equipe do projeto, que poderão enviar comentários e serão debatidas em reuniões de validação e ajustes.	Aceitação dos fluxos propostos de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
2.3.1 Desenho do fluxo para debate e validação com a equipe judiciária do projeto.	Desenho do Fluxo do processo de cada etapa da GR na área judiciária e cada instância, utilizando a ferramenta Bizagi e técnicas de mapeamento de processos.	Apresentação do fluxo validado pelo Gerente de Projeto à Equipe do Projeto para debate.
2.4 Definição/ elaboração/ validação das ferramentas tecnológicas, caso necessárias.	Definição das ferramentas tecnológicas que serão utilizadas para operacionalizar o processo de gestão de riscos na área judiciárias (em todas as etapas). Será Imprescindível a participação dos representantes da SETIC.	Aceitação das ferramentas tecnológicas de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
3.Desenvolvimento de documentos e modelos	Elaboração dos documentos e modelos necessários ao processo de GR definido. Os documentos serão enviados para a equipe do projeto para sugestões e serão realizados debates para validação e ajustes.	Aceitação dos documentos elaborados de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
3.1 Documentos e modelos para identificação, análise e avaliação dos riscos	Elaboração de documentos necessários à identificação, análise e avaliação dos riscos das 4 etapas do processo.	Apresentação dos documentos validados pelo Gerente de Projeto à Equipe do Projeto para debate.
3.2 Documentos e modelos para tratamento	Elaboração de documentos necessários à identificação de tratamentos aos riscos.	Apresentação dos documentos validados pelo Gerente de Projeto à Equipe do Projeto para debate.
3.3 Documentos e modelos do monitoramento	Elaboração de documentos necessários ao monitoramento dos riscos e tratamentos.	Apresentação dos documentos validados pelo Gerente de Projeto à Equipe do Projeto para debate.
4.Piloto da aplicação da abordagem	Planejamento, aplicação e avaliação dos resultados do Piloto da abordagem definida. Espera-se a simulação simplificada da implementação na área judiciária (1ª e 2ª instância)	Validação dos resultados do piloto pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

4.1 Planejamento do Piloto	Definição do escopo do piloto e planejamento do fluxo, buscando simular a efetiva implementação na área judiciária (1ª e 2ª instância)	Validação do planejamento do piloto pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto.
4.2 Aplicação	Aplicação da metodologia aprovada em formato piloto na 1ª e 2ª instância.	Validação dos resultados do piloto pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto.
4.3 Análise dos resultados e debate	Em cada fase da aplicação do Piloto serão avaliados e discutidos os resultados do piloto.	Validação de relatório de resultados do piloto pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto e Reunião de discussão.
4.3.1 Análise	Será elaborado relatório de análise do Piloto ao fim de cada fase aplicada.	Validação de relatório de resultados do piloto pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto.
4.3.2 Debate	O relatório de resultados do piloto será enviado para a equipe do projeto. Os participantes poderão enviar comentários e contribuições/sugestões. Após, serão realizadas discussões em formato de reuniões.	Reunião de discussão dos resultados com a equipe do projeto.
4.4 Ajustes da abordagem e/ou documentos e modelos	Após os debates, serão realizados os ajustes da abordagem e/ou documentos e modelos. Os ajustes serão validados pela Equipe do projeto.	Aceitação dos ajustes de forma consensual pela maioria da equipe do projeto.
5.Elaboração/validação dos materiais de apoio necessários.	Elaboração de materiais de apoio como para comunicação do processo, como por exemplo: cartilhas, notícias, e-mails, vídeo etc.	Validação dos materiais pela Seção de Riscos e <i>Compliance</i> e pelo Gerente do Projeto.
6.Definição de cronograma de implementação da gestão de riscos na área judiciária.	Elaboração de cronograma detalhado de implementação do processo de GR na área judiciária (4 etapas na 1ª e 2ª instância). O cronograma deverá ser validado pela equipe do projeto.	Aprovação do cronograma pela SGEP, Vice-presidência Judicial, Vice-Presidência Administrativa. Aprovação do cronograma pela Corregedoria, caso necessário.

6. GESTÃO DE PESSOAS

6.1 EQUIPE DO PROJETO

Nome	Lotação	Email	Telefone
Maria Inês Ebert Gatti	Vice-Presidência Administrativa	ines.gatti@trtsp.jus.br	3150-2021
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos	marcio.milan@trtsp.jus.br	3150-2271
Patrícia Andrade Castro Carvalho	Coordenadoria de Governança e Projetos	patricia.andrade@trtsp.jus.br	3150-2637
Gabriela Madalena Milagres Coleti	Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	gabriela.coleti@trtsp.jus.br	3150-2637
Filipe Vieira de Lima	Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	filipe.vieira@trtsp.jus.br	3150-2637
Marcos Vinícios Carneiro Rocha	Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	marcos.vinicios@trtsp.jus.br	3150-2637
Milena Cavalcante Braga	Seção de Processos e Projetos	milena.braga@trtsp.jus.br	3150-2891



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Gustavo Miranda da Silva	Estatística	estatistica@trtsp.jus.br	3150-2317
Marcio Nisi Gonçalves	SETIC	diretoria-ti@trtsp.jus.br	3150-2072
Eliana Maria Damaceno Velkis	Corregedoria	seccorreg@trtsp.jus.br	3150-2030
Ana Celina Ribeiro Cianco Siqueira	Secretaria Geral Judiciária	secjud@trtsp.jus.br	3150-2044
Desembargador Paulo José Ribeiro Mota	2ª Instância - 13ª Turma	gabpaulomota@trtsp.jus.br	3150-2391
Miriam Teresinha de Azevedo	2ª Instância - Gabinete	miriam.azevedo@trtsp.jus.br	3150-2391
Luciano Rodrigues	Vara 88	vtsp88@trtsp.jus.br	3525-9188

6.2 MATRIZ DE PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

Item	SRCOM	SPPR	Gerente do Projeto	Unidades Judiciárias	SETIC	Corregedoria	Vice-Presidência	Presidência
1	R	I	C	I	I	I	I	I
2.								
2.1	R	I	C	I	I	I	I	I
2.2								
2.2.1	R	I	C	I	I	I	I	I
2.2.2								
2.2.2.1	R	I	R	I	I	I	I	I
2.2.2.2	R	I	R	R	R	R	C	C
2.3								
2.3.1	R	I	R	R	R	R	C	I
2.4	R	I	R	C	R	C	C	C
3								
3.1	R	I	C	C	I	C	C	I
3.2	R	I	C	C	I	C	C	I
3.3	R	I	C	C	I	C	C	I
4								
4.1	R	I	R	C	C	C	C	I
4.2	R	I	R	I	R	I	I	I
4.3								
4.3.1	R	I	R	I	I	I	I	I
4.3.2	R	I	R	R	R	R	C	I
4.4	R	I	C	I	I	I	I	I
5	R	I	R	C	I	C	C	I
6	R	I	R	C	I	C	C	C

R = Responsável pela execução A = Aprovador C = Consultado I = Informado

7. PARTES INTERESSADAS

Nome	Área	Papel	E-mail
Oswaldo José Costa da Silva Leme	Presidência	Alocar pessoas para viabilizar projeto	gabpres@trtsp.jus.br
Maria Inês Ebert Gatti	Vice-Presidência Administrativa	Patrocinador	svpa@trtsp.jus.br
Ana Celina Ribeiro Cianco	Secretaria Geral	Equipe do Projeto	secjud@trtsp.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Siqueira	Judiciária		
Eliana Maria Damaceno Velkis	Corregedoria	Equipe do Projeto	seccorreg@trtsp.jus.br
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos	Gerente do Projeto	estrategia@trtsp.jus.br
Marcio Nisi Gonçalves	SETIC	Alocar pessoas para viabilizar projeto	diretoria-ti@trtsp.jus.br
Gustavo Miranda da Silva	Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores	Equipe do Projeto	estatistica@trtsp.jus.br
Desembargador Paulo José Ribeiro Mota	Gabinete de 2ª Instância	Equipe do Projeto	gabpaulomota@trtsp.jus.br
Luciano Rodrigues	VT 88	Equipe do Projeto	vtsp88@trtsp.jus.br
	Todas as unidades judiciárias do TRT 2	Público alvo do resultado do projeto	

8. GESTÃO DE RISCOS

8.1. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Consequência	Probabilidade	Impacto
R_01 - Poderá acontecer de alguns dos resultados obtidos no projeto representarem eventuais situações não aplicáveis a área-fim como um todo.	Interrupção da implementação na área judiciária. Ausência de evolução da maturidade em Gestão de Riscos. Não geração de valor para a instituição.	2	5
R_02 - Conflitos de ideias em relação às melhores alternativas impedirem os consensos necessários para as definições e entregas.	Atrasos nas entregas programadas. Não havendo consenso, poderão ser tomadas decisões que não contemplem aspectos importantes levantados pelos participantes.	2	3
R_03 - Baixa participação da equipe do projeto nos debates para construção da abordagem e formação de consensos.	Construção de uma abordagem inadequada.	3	4
R_04 - Tempo estimado estar subavaliado, gerando demora excessiva para a implementação da gestão de riscos na área-fim.	Atraso na implementação da Gestão de Riscos na Área Judiciária. Desgaste da Equipe do Projeto.	3	3
R_05 - A reunião de diversas áreas interessadas pode gerar ideias criativas ao projeto e efetivamente úteis para a maximização dos resultados estratégicos do TRT2. (risco positivo)	Implementação efetiva do processo de GR na área judiciária, agregando valor ao Tribunal.	3	5
R_06 - A depender da ferramenta tecnológica selecionada, poderão ser necessárias revisões, adaptações e alterações na abordagem para que se enquadre ao <i>software</i> .	Atraso no andamento da etapa. Retrabalho na modelagem e definição da abordagem. Inviabilidade de utilização da ferramenta definida por questões	3	3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

	orçamentárias ou até mesmo políticas.		
R_7 - Identificar, nos debates e discussões, soluções para problemas específicos da área fim da instituição que não sejam necessariamente objetivo da Gestão de Riscos	Possibilidade de informar a área de interesse. Sugerir solução para eventuais problemas para refinamento da área competente. A possibilidade de utilizar os problemas apontados como insumo para refletir os conceitos e práticas relacionadas à Gestão de Riscos.	3	1

8.2. PLANO DE RESPOSTAS AOS RISCOS

Risco	Ações de Resposta	Responsável	Quando agir?	Recursos
R_01 - Poderá acontecer de alguns dos resultados obtidos no projeto representarem eventuais situações não aplicáveis a área-fim como um todo.	Tr_01 - Realização do piloto da aplicação da abordagem (item 4) e realização de ajustes na abordagem, caso necessário.	SRCOM Gerente de Projetos	Ao longo do projeto	Equipe do Projeto
R_02 - Conflitos de ideias em relação às melhores alternativas impedirem os consensos necessários para as definições e entregas.	Tr_02.1 - O gerente do projeto fará a gestão dos conflitos buscando encontrar pontos de concordância entre as partes. Tr_02.2 - Se necessário, o Gerente de Projetos poderá realizar votação por maioria simples. Tr_02.3 - Se necessário e possível, realizar testes das ideias conflitantes (com 1 VT e Gabinete).	Gerente de Projetos	Quando não houver formação de consenso.	Gerente de Projeto Equipe do Projeto
R_03 - Baixa participação da equipe do projeto nos debates para construção da abordagem e formação de consensos.	Tr_03.1 - Estimular a participação nas discussões. Tr_03.2 - Envio de materiais com antecedência para contribuições/manifestações/reflexões dos participantes. Tr_03.3 - Reagendar reuniões com participantes cuja visão	Gerente de Projetos	Quando houver ausências frequentes nas reuniões e baixo número de contribuições dos participantes nos trabalhos desenvolvidos	Gerente de Projeto Equipe de Riscos e <i>Compliance</i>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

	seja importante para debate de determinado tema. Obs.: O “Tr_03.3” poderá aumentar a probabilidade de ocorrência do risco “R_04”.		.	
R_04 - Tempo estimado estar subavaliado, gerando demora excessiva para a implementação da gestão de riscos na área-fim.	Tr_04.1 - Caso existam entregas suficientes para a realização da primeira etapa de gestão de riscos na área-fim, esta etapa poderá ser iniciada antes da finalização do projeto. Tr_04.2 – Utilização de elementos da metodologia ágil para gerenciamento das etapas do projeto.	SRCOM /SGEP	- Em caso de haver entregas suficientes; - Utilizar após “Piloto da aplicação da abordagem”.	Equipe do Projeto/ Recursos Tecnológicos
R_05 - A reunião de diversas áreas interessadas pode gerar ideias criativas ao projeto e efetivamente úteis para a maximização dos resultados estratégicos do TRT2. Obs.: Risco Positivo	Tr_05 - Incentivo à criatividade e à busca de ideias que não somente sejam soluções para a implementação da gestão de riscos, mas que sejam efetivamente úteis para o alcance de melhores resultados pelo Tribunal.	Gerente de Projetos	Durante todo o projeto.	Equipe do Projeto
R_6 - A depender da ferramenta tecnológica selecionada, poderão ser necessárias revisões, adaptações e alterações na abordagem para que se enquadre ao software.	Tr_6 - Fomentar o debate da ferramenta tecnológica junto com os itens/fases 2.2 e 2.3	SRCOM/SGEP	Antes de iniciado propriamente o prazo para deslinde do item 2.4	Gerente do Projeto Equipe de Riscos e <i>Compliance</i>
R_7 - Identificar, nos debates e discussões, soluções para problemas específicos da área fim da instituição que não sejam necessariamente objetivo da Gestão de Riscos. Obs.: Risco Positivo	Tr_7 - Comunicar o resultado e sugeri-lo para a área de interesse para refinamento e eventual aplicação na instituição por meio de outro projeto ou ações isoladas.	Todo/Qualquer participante do projeto	Quando das discussões e debates acerca da abordagem.	Equipe do Projeto/ Recursos Tecnológicos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

9. GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

Conteúdo	Emissor (Responsável)	Receptor (Público-alvo)	Canal (Meio)	Quando?
Atas	Equipe do Projeto, Gerente do Projeto, Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	Equipe do projeto, Patrocinadores	e-mail	Após reuniões
Divulgação do cronograma para as áreas envolvidas	Gerente do Projeto (GP), Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	Partes interessadas, equipe do projeto e áreas envolvidas	e-mail	No início do projeto e a cada alteração do cronograma
Reporte de ocorrências, impedimentos e conclusões de atividades	Responsáveis por cada atividade, conforme Matriz de Papéis e Responsabilidades	Gerente do Projeto e demais envolvidos na atividade	e-mail	Durante a execução do projeto.
Agendamento de reuniões	SPPR, Gerente de Projetos, Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	Equipe de Projetos	e-mail	Frequência mínima mensal
Boletins	SPPR	VPA	e-mail	Trimestral
Relatórios de acompanhamento do projeto (RAP)	Gerente do projeto/ Seção de Riscos e <i>Compliance</i>	SPPR	Google forms	Mensal

10. INDICADORES DO PROJETO

10.1. INDICADOR DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Item EAP	Peso no projeto	Percentual executado
1 Alinhamento de conceitos	4%	
2. Estabelecimento de contexto	40%	
3. Desenvolvimento de documentos e modelos	15%	
4. Piloto da aplicação da abordagem	25%	
5. Elaboração/validação dos materiais de apoio necessários	8%	
6. Definição de cronograma de implementação da gestão de riscos na área judiciária.	8%	
	100%	%

11. GESTÃO DE MUDANÇAS

Controle de SMP	Autor	Status	Resultado / Impacto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

12. APROVAÇÃO DA PARTE INTERESSADA COMPETENTE

PGP aceito? Sim (X)

Sim com ressalvas ()

Não ()

Comentários:

Data da decisão:

DRA. TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAES
DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA